

## UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Secretaria dos Órgãos Colegiados Via Washington Luís, km 235 - Caixa Postal 676

13565-905 - São Carlos - SP - Brasil Fones: (16) 3351-8117 - 3351-8996

E-mail: soc@ufscar.br

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

## ATA DA 44º REUNIÃO ORDINÁRIA - 4º SESSÃO

Data e horário: 27/04/2018 – 8:30h – Anfiteatro da Reitoria

4 **Presidência:** Profa. Dra. Wanda Ap. Machado Hoffmann

5 **Secretaria:** Adriane C. de Oliveira Garcia

6 **Membros presentes:** Conforme lista de assinaturas anexa.

## 1 – ORDEM DO DIA

1

2

3

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

2627

28

29

Dando início à 4ª sessão da 44ª reunião ordinária do Conselho de Administração, em continuidade à reunião iniciada em 09/03/2018, 2ª Sessão em 16/03/2018, 3ª Sessão em 20/04/2018 e esta 4ª convocada por meio do Of. SOC/CoAd nº 610 de 23/04/2018. O CoAd analisará os cenários propostos relacionados aos subsídios e valores por categorias de usuários dos RU´s. Foram feitas várias reuniões de esclarecimentos e discussões com os diretores de centro, com os representantes dos centros acadêmicos e coletivos e também com as entidades e categorias, conselheiros e a comunidade. Com o recebimento dos relatos dessas reuniões e com o objetivo de subsidiar os andamentos dos trabalhos nesta Sessão do CoAd, foi encaminhada uma síntese das propostas surgidas em sessões anteriores do CoAd e também nas reuniões públicas mencionadas de esclarecimento e discussão, de propostas para o equilíbrio financeiro dos RU´s. Com a palavra Prof. Dr. Leonardo Andrade, Presidente da Comissão, fez a apresentação das propostas que foram apresentadas na reunião do dia 16/03, e hoje está apresentando a proposta atualizada, com os subsídios ajustados: aluno regular R\$ 4,00, TA R\$ 4,50, docente R\$ 6,00, estagiário R\$ 0 bolsista integral R\$ 0 e bolsista parcial R\$ 1,80. Nessa proposta com a atualização há um déficit de R\$ 333.261,46 e em relação a absorção deste déficit, será feito um leilão de veículos e redução do último repasse para os Centros de material de consumo. A 2ª proposta veio na 3ª sessão desta reunião, 20/04, aluno regular R\$ 4,50, TA R\$ 5,00, docente R\$ 7,50, estagiário R\$ 0, bolsista integral R\$ 0 e bolsista parcial R\$ 2,00, o déficit desta proposta é de R\$ 6.197,46. A proposta 3 foi apresentada pelo aluno William do campus Araras e alterada pelo aluno Gustavo, na segunda reunião pública, que aconteceu no dia 25/04 (quarta-feira), essa proposta teve o apoio de 15 alunos presentes à referida reunião e para cobrir o déficit, propuseram o não pagamento da conta de energia elétrica e nomeação de uma

comissão. A proposta apoiada pelos alunos é: aluno regular R\$ 2,50, TA R\$ 3,75, docente R\$ 6,00, estagiário R\$ 0, bolsista integral R\$ 0 e bolsista parcial R\$ 1,80, com déficit de aproximadamente R\$ 1,1 milhão. Em seguida a Presidência abriu as inscrições para as manifestações, estabelecendo 3 minutos. O Prof. Dr. Márcio Merino, Pró-Reitor de Administração, disse que as propostas 1 e 2 são similares, a diferença de valores de uma para outra é basicamente por conta do ajuste, por ter passado um mês, desde a última reunião. Sua proposta é absorver no máximo um déficit de R\$ 300 mil, nessa linha a proposta 1 seria mais adequada, retirando a proposta 2. O representante discente Gustavo passou a palavra ao discente Leandro Gonçalves para fazer a síntese da proposta apresentada pelos alunos. Leandro Gonçalves disse que a proposta é uma síntese de todo o debate político que os estudantes tem feito, não querem escolher a proposta que arroche cada vez mais o funcionamento da universidade, sabe que o impacto financeiro é grande mas é mensurável e, se é possível conseguir absorver impacto de R\$ 300 mil, de R\$1.133 milhão vão restar apenas R\$833 mil , a conta mensal de energia é de R\$ 670 mil , déficit de um mês e ¼ , já foi apresentado pela administração um plano de racionalização que pode gerar economia de 1 milhão que pode ser abatido do déficit restando um esforço pequeno. Se aprovarem este valor estarão evitando impacto humano, passando pelo impacto financeiro que é possível de reverter com busca de recursos junto ao MEC e, o mais importante, a questão do não pagamento da energia, existe jurisprudência sedimentada de que os juristas deste pais entendem que não se pode cortar energia de uma instituição pública de serviço essencial. A proposta dos alunos é que o CoAd aprove hoje penalizar no financeiro, no quantificável que tem subsídio jurídico e não no humano que é irreversível. Com relação a proposta de não pagar a conta de energia elétrica, o Prof. Márcio Merino explicou que atraso no pagamento gera multas que um dia terão que ser pagas e que irá onerar ainda mais o orçamento além de comprometer o projeto de eficiência energética em curso porque esse projeto, de troca de lâmpadas que as concessionárias estão oferecendo é pré-requisito estar em dia com os pagamentos das contas de energia; o esforço dos R\$ 300 mil já pressupõe que estão capitalizando em cima dessas trocas, se no limite cortar energia para de funcionar o RU e também a universidade, é uma proposta de auto risco de viabilidade bastante difícil de trazer o resultado esperado. A Presidência explicou que a conta de energia elétrica e outros pagamentos tem responsabilidade fiscal e os reitores das IFES estão passando por momentos críticos e estão na justiça por conta disso. O Prof. Dr. Rodrigo Vilela disse que até agora não foram apresentadas alternativas de aumento do RU apesar da insistência acerca do amplo debate do ConsUni de 23/02, em que o encaminhamento da reunião foi único, não havia alternativa para o corte e não compreendeu porque não há alternativa para o RU. Há inconsistência entre o orçamento disponível na documentação do ConsUni e a Sinopse

30

31

32

33

34

35

3637

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

da 231ª reunião, de R\$ 700 mil, então esse corte para o RU foi decidido pela mesa sem nenhuma justificativa consistente. Entendeu no mesmo ConsUni que houve uma mudança que permite descontar do pagamento efetuado pelos usuários diretamente da nota fiscal do fornecedor, quais são as implicações desse fato na transparência do orçamento da UFSCar e se esse fato foi determinante para que o RU fosse o único exclusivo quanto aos cortes. Prof. Márcio Merino, esclareceu sobre os R\$ 700 mil citados pelo Prof. Rodrigo, na reunião do ConsUni foi proposto R\$ 2,2 milhões para RU, R\$ 500 mil para pessoa física e R\$ 200 mil para material de consumo, o ConsUni optou por não cortar em estagiários e material de consumo porque o impacto no custo não seria tão grande assim em comparação a demissão de muitos estagiários, essa é a discrepância dos R\$ 700 mil. O desconto da nota fiscal, a única mudança que teve em relação ao sistema anterior, dentre as muitas empresas contratadas para tocar o RU uma delas era operador de caixa para receber o dinheiro dos tickets dos alunos, isso foi eliminado e fazem com que a empresa receba o dinheiro dê o desconto na nota, além da economia, o dinheiro pago no RU não entra mais como recurso próprio da universidade, em termos da estrutura de custo do RU não muda absolutamente nada. O Sr. Ailton Scorsoline pediu que, independente da proposta que for aprovada, manter uma comissão com representantes de todas as categorias de cada campi para que possam junto com a gestão acompanhar como está sendo o desenvolvimento dos gastos com o RU. O Prof. Dr. Ademir Caldeira enfatizou a questão da democracia em debate, foram 9 reuniões, estão discutindo hoje uma questão de sobrevivência da universidade pública e gratuita, estão fazendo um esforço coletivo em função de uma pressão externa, a sobrevivência da universidade depende de algumas decisões que precisam ser tomadas e que são amargas para todos não só na questão do RU, houve cortes de segurança, de limpeza e isso impacta também a questão acadêmica, há problemas nos laboratórios, de infraestrutura então a responsabilidade desta administração é pela sobrevivência da universidade, neste sentido defende a proposta apresentada pela gestão. A representante discente Jovana Fernandes disse que todos os cenários apresentados são truculentos e para ganhar mais representatividade fizeram uma votação *on line* onde 79,9% dos votantes são a favor do valor de R\$ 1,80, os alunos sabem da situação da universidade, mas R\$ 4,00 é um valor muito abusivo, vai haver uma evasão maciça de estudantes. Perguntou sobre a possibilidade da FAI custear metade do valor proposto e a refeição custar no máximo R\$ 2,50. Sobre a FAI custear metade do valor da refeição do RU, o Prof. Márcio Merino esclareceu que a FAI retorna para a universidade o ressarcimento definido pelo Conselho de Extensão, que são referentes aos projetos de extensão, e uma porcentagem volta para os Centros, departamentos e para os editais de extensão, o que sobra para a FAI, o superávit que é apurado anualmente por lei, retorna para a universidade que pode usar esse dinheiro para qualquer fim inclusive para custear o RU; ocorre que o balanço deste ano ainda

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

não foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da FAI mas extra oficialmente se sabe que no ano passado por questões de mudanças metodológicas exigidas por lei, a FAI deu prejuízo o que significa que em 2018 não vai repassar dinheiro para a universidade. O Prof. Dr. Francisco Gaspar se manifestou dizendo que o ConsUni não poderia ter aprovado um corte no RU de R\$ 2 milhões, que constitui 2/5 em relação ao ano passado e simplesmente jogar todos os custos para os estudantes, servidores docentes e TAs, tem que haver algum meio alternativo para cobrir isso, o aumento de R\$ 1,80 para R\$ 4,00, da noite para o dia é de mais de 100%. Poderão cumprir a lei de responsabilidade fiscal mas deixarão de cumprir o que está na constituição que é a missão e função social dessa universidade, acha que esse conselho não deve aprovar a proposta de R\$ 4,00 e sim a dos estudantes de R\$ 2,50 que estão preocupados com os problemas da universidade, estão propondo um aumento e sugerindo outras alternativas para o déficit. Sugeriu aprovar o valor de R\$ 2,50 e durante o período fazer novas avaliações e ver quais foram os impactos e propor novas alternativas como diminuir os gastos de energia, criar uma alíquota referente aos projetos que vá direto para o RU. O Prof. Márcio Merino disse que o aumento não foi da noite para o dia, são quinze anos sem aumento, sobre a questão colocada de que R\$ 2 milhões estão nas costas dos alunos, é incorreta, a universidade banca mais da metade do custo dos alunos; sobre a proposta de se criar uma alíquota parecida com a de projetos que vai para a FAI pode ser uma alternativa, mas quem delibera sobre isso é o CoEx. O Prof. Dr. Celso Villas Boas disse que quando os alunos dizem que não há cortes em outros lugares, há e muito, citou o caso do Departamento de Física, que desde de 2014 está tentando fazer uma reforma elétrica no valor de R\$ 250 mil, que está colocando em risco de morte docentes, discentes e T.A´s do departamento e deve haver outros prédios em situações parecidas, a universidade nunca deixou de olhar para os alunos. A Presidência esclareceu que os Reitores estão lutando para que o PNAES passe a ser lei, nenhum Reitor tem interesse em prejudicar os alunos, foram feitas várias reuniões para ver de onde vão tirar os recursos, não estão aqui para prejudicar ninguém, tem que estar juntos para conseguirem passar essa fase, que iniciou em 2014 e agora começou a explodir, o cenário é fortalecer para manter o que tem, mas a expectativa para o futuro é ter mais desafios. A discente Thalita disse que quando o ConsUni aprovou o orçamento não havia ainda o estudo da comissão e não havia representação discente, era preciso esperar, não é válida essa votação no ConsUni do dia 26/02. O Prof. Dr. Leonardo Andrade disse a Universidade Federal de Uberlândia está liderando uma pesquisa para definir o perfil sócio econômico de todos os alunos bolsistas ou não das universidades, a participação da UFSCar no preenchimento desta pesquisa está pequena, ressaltou a importância dos alunos participarem desta pesquisa preenchendo o formulário. Segundo ponto, a comissão de monitoramento, já está acertado que mês a mês vai ser feito um controle. Para o ano que vem não há previsão de aumento, já

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

começaram neste momento a entender melhor o orçamento e debate-lo e estar preparados para cortes no próximo ano. Em nome da categoria dos técnico-administrativos, o Sr. Antonio Donizetti (Doni) reiterou a posição do SINTUFSCar do preço zero o que naturalmente se traduz hoje no congelamento dos atuais valores do RU. Os alunos desta universidade sempre lutaram pelo preço zero ou manutenção do valor atual, ensino público gratuito e de qualidade que possa oferecer as condições necessárias à permanência estudantil e que portanto essa é uma bandeira histórica do movimento desde a década de 90 quando começou a se cobrar o RU sobre o argumento de que se não cobrasse ele não se manteria e talvez até fechasse, essa visão era absolutamente equivocada tanto é que hoje a administração apresenta uma proposta de reajuste para o RU não fechar, portanto o que se ouviu lá atrás já era falso. A posição do SINTUFSCar é contrária ao reajuste. O Prof. Dr. João Batista, Pró-Reitor de Pesquisa ressaltou que a pesquisa na nossa universidade é um baluarte e precisa ser dada a máxima importância, não pode haver a interrupção de energia elétrica porque o prejuízo será em muitos casos irreversível, gostaria que todos pensassem na proposta da administração. O Prof. Dr. Ademir Caldeira, Pró-Reitor de Graduação disse não haver nenhuma pesquisa que possa afirmar categoricamente que o aumento do RU poderá causar qualquer tipo de evasão e reprovação, estão discutindo uma questão econômica que tem impactos políticos, sociais mas não é um impacto direto, há muitos outros fatores que estão contribuindo para que o desempenho acadêmico não seja aquilo que todos gostariam que fosse, é testemunha da preocupação desta gestão que tem se dedicado ao máximo para que os alunos sintam-se acolhidos e tem feito tudo que está ao alcance para que não ocorra evasão e reprovação. A Profa. Dra. Ana Beatriz, diretora do CCBS, disse se sentir incomodada porque as pessoas falam como se não tivessem o mesmo objetivo, e na verdade tem, todos estão defendendo a universidade, só que há algumas posições desafiadoras. Somente agora, após várias reuniões, é que se sente confortável em falar sobre orçamento para discutir com propriedade o assunto, quando olha proposta 1 vê que a mesma vai trazer um certo conforto para resolver o problema mas não devem aceitar a política que está sendo imposta pelo governo, a proposta dos estudantes mantém o desconforto, mas eles reconhecem a importância do aumento, nos faz buscar alternativas, mas por outro lado vai comprometer o mínimo possível os estudantes, isso é fundamental, é preciso fazer pressão externa, a universidade tem que aparecer na mídia com manifestações a respeito. Defende que a política de permanência continue sendo o carro chefe da universidade. A Presidência disse que a proposta 1 não representa conforto algum, que na situação atual, conseguir R\$ 330 mil é muito complicado. O Sr. Djalma Ribeiro, Secretário da SAADE disse que em 2007, quando foi aprovada pela UFSCar a política de ações afirmativas, ainda não havia o PNAES e empacaram, não foi fácil e assumiram um protagonismo de se somar a outras universidade que compreendiam que

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

tinham que caminhar para a democratização do acesso ao ensino superior, que não dava mais para ter um quadro que em 2006, 80% de estudantes vinham de escolas particulares, alguns anos se passaram e estão discutindo agora a questão do aumento do RU, não queria que essa discussão ficasse descolada desse período histórico que passou e das políticas de ações afirmativas quando está debatendo aqui e quando a mídia foi para a televisão para falar em relação ao preço do aluno da UNIFESP. Não podem esquecer que no final do ano passado o Banco Mundial divulgou um relatório no fantástico para manipular a opinião pública em relação ao grande custo que a universidade pública tem no Brasil, a própria Andifes rebateu este relatório ponto a ponto. A Andifes vai divulgar a avaliação do perfil sócio econômico das universidades federais e já se adiantaram que 2/3 dos estudantes das IFES tem renda familiar de 1 ½ salário mínimo. A proposta dos alunos é interessante mas gostaria que ela fosse qualificada de outra maneira que não está se propondo que deixe de pagar energia está se propondo que seja feito um esforço para economizar energia. Quando disse da comissão de controlar os gastos, não é só isso é controlar também a questão do impacto na permanência. O Prof. Dr. Joelson Carvalho disse que o CoC/CECH foi unânime à proposta estudantil. O fato de estarem discutindo o aumento do RU tantas e tantas vezes mostra que o orçamento não foi pensado de maneira suficiente e foi aprovado às pressas. Discutir RU é discutir orçamento no seu conjunto e nesse sentido muitas foram as reuniões mas nunca se foi apresentado de maneira efetiva a possibilidade de se repensar conjuntamente o orçamento. Encaminhou para que a Prefeitura Universitária se manifeste sobre o risco de morte relatado pelo docente do Departamento de Física, pois trata-se de descaso ou outra coisa. Risco de morte tem que ser averiguado e que a comunidade acadêmica seja informada sobre o que está acontecendo no DF. A representante discente de Pós-Graduação, Flávia Carvalho colocou que é preciso entender que a Universidade sobreviveu ao governo Fernando Henrique Cardoso, a crise veio mas não é culpa da expansão universitária; defende a proposta dos alunos entendendo que o problema que ocorre dentro da universidade é administrativo, é dos conselheiros, é de quem elaborou o orçamento e da gestão, o grande problema em ambas as propostas é que o ônus está sendo dos alunos e isso deve ser repensado, o orçamento é uma previsão de gastos que pode ser ajustado, pode ter outras alternativas e o impacto pode ser reduzido, a permanência é fundamental até para que os laboratórios que estão ricos se mantenham e lembrando que projetos, laboratórios na sua grande maioria são mantidos e subsidiados por financiamento de agências de fomento. O Prof. Dr. Roberto Ferrari se manifestou dizendo que em 2003 o valor da refeição passou de R\$ 0,75 para R\$ 1,80; em 2017 tiveram que o orçamento era de R\$ 68,5 milhões e neste ano R\$60 milhões ou seja R\$ 8,5 milhões a menos mais a inflação do período. Há duas alternativas para a Universidade e ambas tem que ser feitas, buscar mais recursos e, enquanto o recurso não

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

aumenta gastar somente o disponível, em ambas as propostas houveram cortes em outras áreas sim, proposta 1 e 2 tem um forte componente social, a UFSCar está sim cuidando da família e o seu convite para todos é que tenham mais tolerâncias as opiniões, melhorem a comunicação não agressiva e em conjunto tomem as decisões diminuindo as ironias, respeitando os colegas, aumentando a democracia e tomando a decisão de um modo consciente. O Prof. Dr. Francisco Gaspar disse que não estão fazendo julgamento moral da gestão e sim discutindo as consequências econômicas, políticas e sociais das propostas; outro ponto é que todos estão cientes de que há cortes em todas as áreas e cada departamento se vira como pode e, se houve aumento no passado de R\$ 0,75 para R\$ 1,80 foi economicamente equivocado, não se faz um aumento de mais de 100% de uma hora para outra em questão alimentícia, se o ConsUni aprovou um corte no RU não podem deixar a reposição desse corte em sua maior parte para os estudantes, tem que ficar claro que a gestão não tem avaliação sócio econômica e nem um estudo do impacto que um aumento deste porte vai causar, a proposta dos alunos reconhece que a situação é grave e que é necessário aumento. O Sr. Ailton Scorsoline fez alguns questionamentos: foi aprovado em 2002 pelo ConsUni um percentual (entre 45 e 48%) para subsidiar as refeições, as propostas apresentadas contemplam este percentual? Se foi uma deliberação do ConsUni em 2003 porque isso não foi averiguado para que não houvesse o impacto que estão discutindo hoje? Em relação ao orçamento do próximo ano, é possível verificar se haverá possibilidade de reajuste porque quando foi aprovado o orçamento, em fevereiro deste ano, não se lembra se havia alguma previsão de reajuste, não seria melhor até para uma discussão antecipada e planejada da universidade fazerem isto antes de iniciar o próximo calendário financeiro? Respondendo aos questionamentos, o Prof. Dr. Márcio Merino esclareceu desconhecer o percentual citado, mas certamente estão cumprindo com isto porque o que é destinado ao RU como subsídio das mais variadas formas é bem acima de 40%; sobre o orçamento sem dúvida o quanto antes se debruçarem para encontrar alternativas é melhor, mas dependem da LOA que é a lei orçamentária que este ano foi sacramentada por lei em 02/01, e a PLOA, que é o projeto de lei, necessariamente não se confirma, o fator determinante, o investimento foi simplesmente tirado da autonomia da universidade, por isso essa decisão teve que se precipitar a partir daí. O Prof. Rodrigo Vilela passou a palavra ao discente Félix do campus Sorocaba, que disse que a democracia não é algo implícito dessa gestão e, fazendo análise dos reajustes inflacionários desde o aumento de 2003, o valor atual não seria superior a R\$ 2,30, usar o argumento de que o reajuste inflacionário está acontecendo agora é extremamente falacioso, o debate tem que ser feito de maneira séria e coerente, estão discutindo o futuro de todos os estudantes da UFSCar, reivindica que essa pauta seja tratada de maneira democrática, para o ano inteiro, o planejamento do orçamento não pode ser feito antes do início das aulas

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

sem representantes discentes, tem que ser feito com diálogo amplo e democrático numa universidade que se diz pública e democrática quando na realidade tem diversas incoerências, agradeceu a todos que estão se mobilizando nesta luta com os estudantes. O Prof. Dr. Prof. Leonardo Andrade destacou a necessidade de se começar a discutir o orçamento para 2019 já e definir uma política de reajuste para os RU's. Irá solicitar novamente junto ao MEC os dados do SISu para adiantar a avaliação sócio econômica dos alunos da UFSCar e lembrando, quando tiverem a PLOA de 2019 e também os novos contratos dos RU´s com novos custos, retornar a discussão e com a avaliação sócio econômica pronta poderão tomar decisões mais acertadas lembrando que foram 15 anos sem reajuste e isso trouxe um impacto muito grave em termos de custeio de refeição. O momento é crítico, espera que possam com sabedoria escolher e decidir pelas melhores opções. A Profa. Dra. Ana Beatriz disse estar desconfortável em vincular o déficit ao pagamento da energia elétrica, é preciso se debruçar sobre isso, avaliar alternativas, propôs criar grupos de trabalho para analisar o orçamento e propor alternativas, que a comissão de acompanhamento não olhe somente para o controle do RU mas para o impacto que representa o aumento para os estudantes. Sugeriu que as reuniões do CoAd sejam mensais e que a cada reunião se tenha atualizações e se discuta sobre o orçamento frente a esse momento crítico que estão passando. O representante discente Gustavo disse que a proposta dos alunos é que o orçamento seja discutido com a participação de todas as categorias de todos os campi e o critério colocado pelos alunos para o déficit da proposta apresentada é que e caso chegue em outubro/novembro e não conseguiram obter recursos de nenhum outro lugar irão garantir que ele saia da conta de energia elétrica. O Prof. Dr. Márcio Merino esclareceu que no orçamento público qualquer decisão institucional pode ser uma decisão de gestão, do colegiado, mas não se decide o que não vai pagar, isso é uma improbidade, você decide o que vai pagar com o dinheiro disponível. Colocar o funcionamento da universidade em risco é uma improbidade maior, legalmente essa hipótese não tem sustentação, o que ser feito é manter o RU funcionando e quando acabar o dinheiro o valor da refeição será o preço de custo, sem o subsídio. A Presidência esclareceu que a votação será nominal e o conselheiro que for fazer o voto com manifesto, será dado um tempo após a votação. Apresentou as propostas: Proposta 1: aluno regular R\$ 4,00, TA R\$ 4,50, docente R\$ 6,00, estagiário R\$ 0, bolsista integral R\$ 0 e bolsista parcial R\$ 1,80; Proposta 3: aluno regular R\$ 2,50, TA R\$ 3,75, docente R\$ 6,00, estagiário R\$ 0, bolsista integral R\$ 0 e bolsista parcial R\$ 1,80. A proposta 2 foi retirada a pedido do Pró-Reitor de Administração, no início da reunião. Em regime de votação nominal foram registrados 29 votos favoráveis a proposta 1, 14 votos favoráveis a proposta 3. Favoráveis à Proposta 1: Ademir Donizeti Caldeira, Roberto Ferrari Jr., João Batista, José Carlos Paliari, Márcio Merino Fernandes, Leonardo Andrade, Wanderson

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

275 Fernando Maia, Cleiton Libardi, Mariano Moreno, José Baioni, Sheyla Mara B. Serra, Jozivaldo 276 Prudêncio G. de Morais, Ana Lucia Brandl, Celso Villas Boas, Marcos Arduim, Térsio Cruz, Rafael 277 Santi, Sérgio Nunes, Edilson Moserle, Rogério Ribeiro, Alex Carlino, Leandro Lopes I. Faria, 278 Claudia Mello, Marilde Santos, Maria Estela Canevarolo, Marcelo Nivert, Claudete Schiabel. 279 Favoráveis à Proposta 3: Ana Beatriz de Oliveira, Maria de Jesus Dutra dos Reis, André Cordeiro, 280 Danilo Rolim, Luiz Manoel de M. C. Almeida, Francisco Prata, Rodrigo Vilela Rodrigues, Djalma 281 Ribeiro, Ailton Bueno Scorsoline, Sandra M. Navascues. (Grad. e Pós-Grad): Thalita Susan, 282 Jovana Fernandes, Bárbara Khalil, Flávia Sanches.

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

283 A Presidência esclareceu que o novo valor do RU será a partir do dia 07/05. Em seguida iniciou-284 se a declaração de voto dos conselheiros(a):

Profa. Dra. Ana Beatriz de Oliveira: "Apoio meu voto entendendo que deveria ter um impacto mínimo no planejamento dos estudantes e manter o debate para que fossem avaliadas outras possibilidades de corte visto que a compreensão dos dados é mais recente, esperaria que pudessem formar grupos de trabalho e uma comissão de acompanhamento e ter reuniões mensais do CoAD com pauta permanente. Muito obrigada".

Prof. Dr. Rodrigo Vilella: "Eu votei na alternativa 3 completamente contrariado ela é fruto de uma proposta aprovada no ConsUni pouco transparente sem alternativa em uma reunião que apresenta um único encaminhamento, eu achei que o CoAd subsidiasse decisões do ConsUni no que tange a questões administrativas e financeiras e estou vendo que é um conselho que carimba uma decisão tomada de cima para baixo com encaminhamento único. O gestor público precisa colocar em prática o que a comunidade decide nós estamos participando de um processo que subverteu completamente essa lógica dessa forma a gente reforça políticas do governo golpista que tenta depurar políticas sociais com argumentos financeiros, esta história de que a gente deve subsidiar quem realmente precisa de subsídio ela é excludente é utilizada pelo governo Michel Temer para que se sangre de morte programas como o bolsa família e outros programas assistenciais, cobrar ajuste fiscal da parte mais vulnerável da comunidade não é novidade, vemos isso diariamente no país . eu achava que universidade pública deveria ser barreiras contra esse tipo de retrocesso mas se a gente não produz aqui uma lógica privatista excludente produto de vista e autoritária que se plantou no Brasil a partir de 2016, eu lamento muito que isto esteja sendo feito de forma crítica e passiva, estamos deixando de cumprir a nossa função fundamental que é social, excelência acadêmica não serve de nada se ela for excludente, não serve de nada se ela der continuidade a lógica escravagista que a gente vive aqui há 500 anos, gostaria de deixar claro que eu entendo questões e limitações orçamentárias mas o fato de não ter sido colocada nenhuma alternativa ao golpe que os alunos acabam de sofrer isso mostra que estamos indo para um caminho errado que infelizmente não sabe onde vai dar. Muito obrigada".

Discente Thalita Susan: "Eu votei na proposta 3, aumento para R\$ 2,50 foi lamentável, 29 a 14 e a única declaração que eu quero deixar aqui, parabéns aos 29 professores que votaram, o que vocês acabaram de fazer vai continuar a faculdade elitista, ela vai se elitizar cada vez mais e a culpa é de cada um de vocês, pessoas que não estão dentro do quadro do grupo 1 e grupo 2 mas mesmo assim são carentes elas não vão poder continuar na faculdade, R\$ 4,00 é um preço muito alto sendo que era R\$ 1,80, parabéns porque a partir deste aumento no dia 7 de maio, como foi deixado claro várias pessoas vão deixar de vir, várias pessoas vão sair, então já vão começar a ficar uma faculdade elitista, era o que vocês queriam e é o que está acontecendo com este cenário vamos virar uma USP da vida que já é elitizada, parabéns aos 29, até aqui os de Sorocaba que votaram na proposta 1".

A Presidência esclareceu que a contagem foi refeita, e os números corretos são: 27 votos favoráveis à proposta 1 e 14 votos favoráveis à proposta 3. Haviam contado dois suplentes. Dando continuidade à pauta disse há á dois assuntos importantes colocados pelo CCBS e que na próxima reunião serão os primeiros itens de pauta. Se os Srs. Conselheiros estiverem dispostos, são os itens 2.12 e 2.13, inseridos na 2ª sessão desta 44ª reunião, em 16/03/2018: 2.12 — Alteração da mudança de regime de trabalho de professor de TP-20 para DE do Departamento de Enfermagem; 2.13 - Alteração da mudança de regime de trabalho do Prof. Dr. Luís Fernando Selistre de Araújo, do Departamento de Fisioterapia, de TP-20 para DE. A Profa. Ana Beatriz, diretora do CCBS informou que o Departamento de Enfermagem já está realizando o concurso no tempo de regime parcial em função dos prazos que são exigidos no ano eleitoral, solicitando a retirada deste item. Com relação ao Assunto 2.13, permanece a necessidade do CoAd deliberar e que o mesmo já foi aprovado pelo Conselho de Pesquisa. A Profa. Dra. Sheyla Serra pediu que a documentação referente ao assunto seja encaminhada aos conselheiros antes da análise. Diante da solicitação a Presidência se comprometeu a colocar a solicitação do DFisio como primeiro item de pauta da próxima reunião.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a presença e colaboração dos senhores conselheiros, declarando encerrada a presente reunião, da qual eu, Adriane C. de Oliveira Garcia, na qualidade de secretária, redigi a presente ata que assino, após ser assinada pela Presidência e demais membros presentes.

341	Profa. Dra. Wanda Ap. Machado Hoffmann Pi	of. Dr. Ademir D. Caldeira	Prof. Dr. Roberto Ferrari Jr.
342	Prof. Dr. João Batista Fernandes Profa. Dra. At	udrey Borghi E Silva Prof	. Dr. Márcio M. Fernandes
343	Prof. Dr. Leonardo A. de Andrade Sr. Rafael	Porto Santi Prof. Dr. Wa	inderson Fernando Maia
344	Prof. Dr. Cleiton A. Libardi Prof. Dr. Mariano E	. Moreno Prof. Dr. José	E. Marques Baioni
345	Sr. Sérgio Ricardo P. Nunes Sr. Edilson Moserl	e Sr. Rogério José H	. Mello Ribeiro
346	Eng. Alex Elias Carlino Prof. Dr. Leandro I. Lopes o	de Faria Sra. Claudia A. de S	Souza Mello
347	Profa. Dra. Marilde T. Prado Santos Sra. Maria Est	ela A. P. Canevarolo Pro	f. Dr. Marcelo N. Schlindwein
348	Sr. Djalma Ribeiro Jr. Profa. Dra. Sheyla Mara B	. Serra Profa. Dra. Ana B	eatriz de Oliveira
349	Profa. Dra. Maria de Jesus D. dos Reis Prof. Dr.	Jozivaldo Prudência G. de Mo	rais
350	Profa. Dra. Ana Lucia Brandl Prof. Dr. André Corde	eiro A. dos Santos Prof. Dr.	Danilo Rolim D. de Aguiar
351	Prof. Dr. Luiz Manoel de M. C. Almeida Prof. Dr. (	Celso Jorge V. Boas Prof.	Dr. Marcos Arduim
352	Prof. Dr. Francisco A.de M. Prata Gaspar Prof. Dr	. Térsio Guilherme de S. Cruz	Prof. Dr. Rodrigo Vilela Rodrigues

354 Pós-Grad. Flávia S.de Carvalho Sra. Claudete Schiabel Sra. Sandra M. Navascues Sr. Ailton B. Scorsoline